

Segurança alimentar em risco

TARIFAÇÃO PODE DESMONTAR CADEIAS PRODUTIVAS

O relatório "Perspectivas Agrícolas da OCDE e FAO 2025–2034" apresenta uma análise abrangente das tendências para os mercados agropecuários nos próximos dez anos, em níveis nacional, regional e global. Elaborado em conjunto com países membros e organizações internacionais, o documento serve de base para políticas públicas fundamentadas em dados e projeções sólidas. Essa mais recente edição destaca a expectativa de crescimento da demanda, principalmente por conta da renda per capita nos países de classe média e pelo crescimento populacional nas regiões de baixa renda.

A ingestão calórica de alimentos de origem animal deve crescer 6%, da qual 25% nos países de renda média-baixa, apesar da persistência de desigualdades significativas consequentes ao não atendimento das recomendações da ingestão diária de proteínas animais por conta das barreiras estruturais de acesso a alimentos nutritivos.

O atendimento dessa demanda crescente dependerá do avanço de 14% da produção agropecuária e impulsionado por investimentos em tecnologia, capital e maior uso de insumos, como fertilizantes e alimentos para animais, além da expansão de áreas cultivadas e rebanhos na África e sul da Ásia. O incremento da produção e produ-

tividade aumentará as emissões diretas dos gases de efeito estufa, muito embora, a intensidade de carbono por unidade produzida deve cair, graças aos progressos tecnológicos, voltados à ampla adoção da agricultura de precisão, do manejo eficiente de água e nutrientes e da rotação de culturas e compostagem.

O relatório também aborda o comércio internacional e reafirma a importância da cooperação multilateral e das transações baseadas em regras, já que atualmente quase um quarto das calorias consumidas globalmente são transacionadas entre as nações, apensar de não considerar a instabilidade geopolítica e o status das negociações >



Ariovaldo Zani,
CEO do Sindirações

multilaterais provocadas por choques que ameaçam comprometer as respectivas projeções otimistas.

Como exemplo, o recente tarifaço “estadunidense” (e contingencialmente a ferramenta de pressão comercial ou Seção 301 utilizada pelo USTR/Escritório do Representante Comercial dos EUA) que desorganiza as cadeias globais de suprimentos, desestabiliza mercados e acentua vulnerabilidades decorrentes da concentração das exportações em poucos destinos. A imposição dessas tarifas, principalmente sobre a carne bovina e sebo, café, açúcar, frutas, pescados, etanol, têxteis, etc., já prejudica significativamente o desempenho exportador brasileiro e reduz a competitividade frente aos outros fornecedores, como Argentina, Austrália, Indonésia, Vietnã, etc. Ato contínuo, o hipotético excesso de oferta no mercado doméstico brasileiro pode derrubar preços e prejudicar, sobretudo, os pequenos e médios produtores com menor capacidade de diversificar mercados.

Dados extraídos da plataforma COMEX-Stat/SISCOMEX, sistema oficial do governo brasileiro para divulgação de estatísticas do comércio exterior, revelam que durante o ano de 2024 foram exportados para os Estados Unidos,

aproximadamente 4,7 mil toneladas, ou pouco mais de U\$ 13,8 milhões (montantes resultantes das expedições de mercadorias classificadas nas posições tarifárias 2309.10.00 – Alimentos para cães ou gatos, acondicionados para venda a retalho; 2309.90.10 – Preparações destinadas a fornecer ao animal a totalidade dos elementos nutritivos necessários para uma alimentação diária racional e equilibrada/alimentos compostos completos; 2309.90.20 – Preparações à base de sal iodado, farinha de ossos, farinha de concha, cobre e cobalto; 2309.90.30 – Bolachas e biscoitos, dos tipos utilizados na alimentação de animais; 2309.90.90 – Outras preparações dos tipos utilizados na alimentação de animais). À título de comparação, esses embarques aos Estados Unidos representaram respectivamente, 1,2% e 2,8%, da quantidade e receita apuradas nas exportações dos mesmos gêneros mencionados que seguiram para todos os demais destinos somados.

Evidentemente, o tarifaço já repercute negativamente nos consumidores norte-americanos, elevando o preço dos alimentos importados e pressionando as famílias, especialmente as de menor renda, ou seja, esse protecionismo pode aumentar o custo dos alimentos para quem mais precisa,

evidenciando a complexidade e os riscos dessa política.

Diante desse cenário, o setor privado já vem executando estratégias para mitigar os impactos, diversificando mercados e investindo em rastreabilidade e na diferenciação sustentável. Por sua vez, o Governo pode colaborar fortalecendo acordos bilaterais e protegendo pequenos produtores por meio de políticas de inovação e concedendo crédito e infraestrutura, ao invés de investir na retórica ideológica que tem servido exclusivamente à escalada da tensão política.

Em suma, apesar do panorama promissor traçado pelo relatório OCDE/FAO, o tarifaço imputado pelos americanos destaca a necessidade de cautela. O agronegócio brasileiro deve continuar exigindo diálogo para soluções diplomáticas e buscar engajamento construtivo com os parceiros comerciais americanos nesse cenário do “perde, perde”, além de reforçar sua resiliência frente aos futuros e imprevisíveis choques externos, sob risco de comprometer os avanços projetados para a próxima década.

ARIOVALDO ZANI,
CEO do Sindirações

De janeiro a junho desse ano, a produção brasileira de rações alcançou 43,4 milhões de toneladas e avançou 2,2% em relação ao respectivo semestre de 2024.

A demanda da avicultura de corte consumiu 18,9 milhões de toneladas de rações e avançou timidamente, abatida pelo ritmo exportador afetado pelos embargos consequentes ao foco de influenza aviária. Apesar da pressão externa, a produção de carne de frango segue trajetória positiva e pode até superar 15 milhões de toneladas nesse ano corrente, conforme previsão

da Associação Brasileira de Proteína Animal/ABPA.

Já o avanço de 3,3% no alojamento de poedeiras comerciais, culminou na demanda de 3,7 milhões de toneladas e alta mais expressiva, quando comparada ao primeiro semestre do ano passado. Importante ressaltar que, embora ainda incipiente, a exportação de ovos comerciais tem crescido vigorosamente e os Estados Unidos absorveram mais da metade desses embarques no período, consolidando o Brasil como fornecedor estratégico em um cenário de alta demanda internacional.

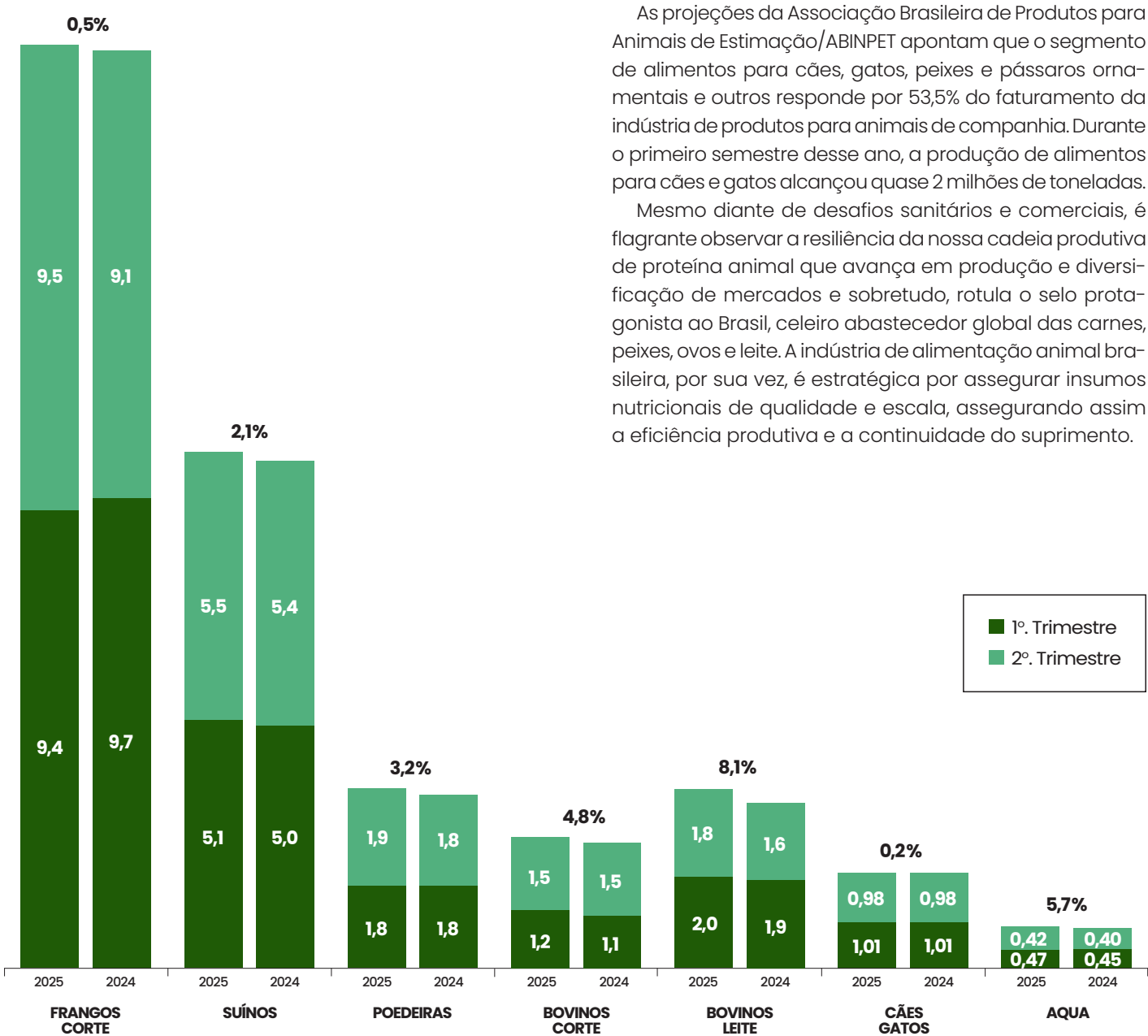
Por sua vez, a produção de rações para a suinocultura revelou razoável evolução, contabilizando 10,6 milhões de toneladas. De acordo com a Associação Brasileira de Proteína Animal/ABPA, a produção de carne suína pode superar 5,4 milhões de toneladas em 2025, em resposta à abertura e consolidação de novos mercados como Filipinas, México e Singapura e pela estabilidade do mercado doméstico.

De acordo com os dados preliminares do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística/IBGE, a captação >

formal de leite no primeiro semestre cresceu 6,1% frente ao mesmo período de 2024. Vale destacar, inclusive, que a região Nordeste apresentou a maior expansão percentual, enquanto o Sul prevalece em volume absoluto. Essa retomada consistente, impulsionada por margens de rentabilidade mais ajustadas e menores custos de suplementação em relação ao ano anterior, exigiu mais de 3,7 milhões de toneladas de rações para vacas em lactação. Ao final de 2025, A produção de leite pode crescer até 2,5%, a depender da valorização do dólar que encarece as importações daqueles derivados do Uruguai e da Argentina e da cotação dos principais insumos para alimentação e saúde dos plantéis.

A análise do Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada/CEPEA, por sua vez, aponta importantes sinais de dinamismo na cadeia produtiva de bovinos de corte, a exemplo do incremento nos embarques ao exterior, muito embora, a produção em regime intensivo tenha confrontado margens mais apertadas, durante o primeiro semestre desse ano, período em que a produção de rações e concentrados para bovinos de corte alcançou 2,75 milhões de toneladas. O prognóstico mais otimista voltado ao segundo giro do confinamento vai depender do alívio nos custos, dos preços futuros mais atrativos e, sobretudo, da eficiência gerencial dos empreendimentos.

A demanda de rações para aquicultura somou 892 mil toneladas de janeiro a junho de 2025. Esse período revelou-se bastante desafiador para a cadeia produtiva de peixes nativos e exóticos, sobretudo por causa das vendas aquém das expectativas e dos baixos preços pagos pela tilápia. É importante ressaltar que o inverno mais rigoroso que de costume, inibe o apetite dos peixes e facilita a incidência de doenças. Já alguns carcinicultores, defronte às tantas incertezas, buscaram ampliar as áreas de viveiros nas fazendas e menores densidades de estocagem para produção de camarões maiores na tentativa de melhoria nos preços pagos.



As projeções da Associação Brasileira de Produtos para Animais de Estimação/ABINPET apontam que o segmento de alimentos para cães, gatos, peixes e pássaros ornamentais e outros responde por 53,5% do faturamento da indústria de produtos para animais de companhia. Durante o primeiro semestre desse ano, a produção de alimentos para cães e gatos alcançou quase 2 milhões de toneladas.

Mesmo diante de desafios sanitários e comerciais, é flagrante observar a resiliência da nossa cadeia produtiva de proteína animal que avança em produção e diversificação de mercados e sobretudo, rotula o selo protagonista ao Brasil, celeiro abastecedor global das carnes, peixes, ovos e leite. A indústria de alimentação animal brasileira, por sua vez, é estratégica por assegurar insumos nutricionais de qualidade e escala, assegurando assim a eficiência produtiva e a continuidade do suprimento.



Empresas Associadas

